

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
298221/06-8



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM
PREFERÊNCIA, DA DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

a. DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A., companhia com sede na Avenida Juruá, 434, Alphaville, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.486.650/0001-83, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

b. PENTÁGONO S.A DTVM, distribuidora de títulos e valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da Diagnósticos da América S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 7 de abril de 2006, bem como com uma Reunião do Conselho de Administração a ser realizada posteriormente, para fins de aprovação da taxa final mencionada na Cláusula 4.9.3 (individualmente, "RCA" ou, em conjunto, as "RCAs").

1.1.2 1.1.2. A Emissão será realizada no âmbito do primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora ("Programa de Distribuição"), o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e valor de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). O Programa de Distribuição será arquivado na CVM nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400/03").

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ANBID E OUTROS

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na CVM, na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, devidamente consolidada (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM 400/03e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 21 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 22 de setembro de 2005 (“Código ANBID”).

2.1.2. As Debêntures serão admitidas à negociação (i) na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), por meio do Sistema de Distribuição de Títulos e do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), sendo que a liquidação financeira da negociação e da distribuição das Debêntures, bem como sua custódia, serão processadas na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no Sistema Bovespa Fix (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), sendo a integralização das Debêntures liquidada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), assim como os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

2.2.1. A ata da Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2 A ata da RCA que aprovará a taxa final será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

3.1.1. O montante total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1 abaixo.

3.1.2. A Emissora concedeu às instituições intermediárias da Oferta (“Coordenadores”) uma opção para distribuição de um lote adicional de 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) Debêntures (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no processo de *bookbuilding* para apuração de taxa final, a ser conduzido de acordo com o disposto na Cláusula 4.9.3.1 abaixo, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas (“Opção de Lote Suplementar”).

3.1.3. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá, mediante acordo entre a Emissora e os Coordenadores, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) do total das Debêntures, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400/03 (“Debêntures Adicionais”).

3.2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.2.1. Observado o disposto nas Cláusulas 3.1.2 e 3.1.3 acima, serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

3.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.3.1. Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para a redefinição do perfil da dívida da Emissora, bem como à composição do capital de giro da Emissora, conforme descrito no Suplemento Definitivo de Emissão (“Suplemento Definitivo”).

3.4. LIMITE DA EMISSÃO

3.4.1. A Emissão atende aos limites previstos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$ 216.136.300,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e trinta e seis mil e trezentos reais).

3.5. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da Emissão, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, levando em conta o perfil de risco dos seus clientes e a adequação às Debêntures, assegurando também que o tratamento conferido seja justo e equitativo.

3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo e do Suplemento Definitivo do Programa de Debêntures e do Suplemento Definitivo da Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR

3.6.1 O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures (“Banco Mandatário e Escriturador”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA EMISSÃO

4.1. DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2006 (“Data de Emissão”).

4.2. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definidos na Cláusula 4.3. abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da efetiva integralização, exclusive.

4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP e/ou CBLIC.

4.3. VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas à negociação (i) na CETIP, através do SND. A liquidação financeira da negociação e da distribuição das Debêntures, bem como sua custódia, serão processadas na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela Bovespa, sendo a integralização das Debêntures liquidada na CBLC, assim como os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

4.5. TIPO/CONVERSIBILIDADE

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.6. ESPÉCIE

4.6.1. As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).

4.7. FORMA

4.7.1. As Debêntures são da forma nominativa e escritural.

4.8. PRAZO E VENCIMENTO

4.8.1. O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de abril de 2011 (a “Data de Vencimento”).

4.8.2. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, a ser definida no processo de *bookbuilding*, *pro rata*

temporis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

4.9. ATUALIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.9.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração, definida em procedimento de *bookbuilding* ("Remuneração"):

4.9.3. Juros Remuneratórios: As Debêntures renderão juros, correspondentes a, no máximo, 104,80% (cento e quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "Extra Grupo" ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.9.4 abaixo.

4.9.3.1 A taxa final mencionada na Cláusula 4.9.3 acima será efetivamente apurada em processo de *bookbuilding* e constará do suplemento à Escritura, conforme o modelo constante do Anexo I à Escritura.

4.9.4. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira Data de Pagamento em 1º de outubro de 2006 e a última Data de Pagamento de Remuneração coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures.

4.9.5. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.9.6. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

- J** valor unitário dos Juros Remuneratórios acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);
- VNe** Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** produtivo das taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

- n** número total de taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- p** Percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do percentual, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o “Período de Ausência da Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“Taxa Selic”).

4.9.9. Na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa Selic, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas neste item, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI ou Taxa Selic conhecida, conforme o caso, até a data da deliberação da Assembleia de Debenturistas.

4.9.10. Caso a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.9.11. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A Emissora poderá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo valor equivalente (a) ao saldo de seu Valor Nominal Unitário e (b) aos Juros Remuneratórios, devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Juros, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI ou Taxa Selic, conforme o caso, divulgada oficialmente; ou

(ii) A Emissora poderá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Na alternativa referida neste item, durante o prazo de amortização das Debêntures serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios não poderá ser superior àquela estabelecida na Cláusula 4.11.1 abaixo; (b) o cronograma do pagamento da Amortização das Debêntures não poderá resultar em saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures superior a (b1) 66,67% (sessenta e seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) até 1º de abril de 2009, (b2) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) até 1º de abril de 2010 e (b3) 0% (zero por cento) até a Data de Vencimento; e (c) até a liquidação integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de atualização definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas.

4.10. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

4.10.1. As Debêntures serão objeto de amortização programada de modo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas iguais no 36º (trigésimo sexto), 48º (quadragesimo oitavo) e 60º (sexagésimo) meses, contado a partir da Data de Emissão;

4.11. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.11.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o último pagamento em 1º de abril de 2011.

4.12. REPACTUAÇÃO

4.12.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.13. RESGATE ANTECIPADO

4.13.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Emissora.

4.14. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.15. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.15.1. Respeitados os itens (a) e (b) da Cláusula 4.15.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, formulado pela Emissora;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanado em 1 (um) dia útil contado da data da inadimplência;
- (d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relevante relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;
- (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor individual ou global superior ao equivalente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor que será atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal evento for sanado;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de

garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo, salvo se (i) no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da indicação do protesto a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, (iii) for pago ou forem prestadas garantias em juízo, ou ainda (iv) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;

- (g) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo, salvo se a Emissora comprovar o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, ou, ainda, salvo se a Emissora, no mesmo prazo, comprovar ao Agente Fiduciário que celebrou acordo judicial ou extrajudicial para pagamento do valor objeto da decisão judicial condenatória em parcelas ou por qualquer outro meio. Nesta última hipótese, o Agente Fiduciário deverá adotar as providências referidas na Cláusula 4.15.3 (a) caso referido acordo judicial ou extrajudicial seja rompido por inadimplemento da Emissora;
- (h) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo e do Suplemento Definitivo relacionada diretamente às atividades da Emissora;
- (i) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (j) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) caso a Emissora esteja em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora acima do mínimo legal, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora que possa afetar de forma adversa e relevante a condição financeira e resultado da Emissora, representada por uma redução de 20% (vinte por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva transferência, cessão ou promessa de cessão;
- (m) não-manutenção, até o Vencimento das Debêntures, e desde que haja Debêntures em Circulação, dos seguintes índices e limites, os quais serão apurados no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração:
 - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) deverá ser menor ou igual a 2,5; e
 - (ii) o índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Financeiras Consolidadas (conforme definido abaixo) deverá ser igual ou superior a 2,0;
- (n) se, após a conclusão de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Emissora realizada em conformidade com o *caput* do artigo 41 do Estatuto Social da Emissora, ou o parágrafo 8º do referido artigo, a Standard & Poors rebaixar o *rating* da Emissora para nível abaixo de brA- e a Moody's rebaixar o *rating* da Emissora para nível abaixo de brA3.

4.15.2 Para fins da Cláusula 4.15.1 (m) e desta Escritura de Emissão os termos elencados abaixo têm o significado aqui a eles determinados:

"Dívida Líquida Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos, debêntures, contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas pela Emissora, ou garantias de dívidas de terceiros que tenham sido contraídas pela Emissora, excetuando-se as dívidas de arrendamento operacional de equipamentos (*leasing* operacional). Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora, corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, diminuído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata, ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários e contas de depósito vinculado (*escrow accounts*)), conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

"EBITDA" significa, para qualquer período, o lucro (prejuízo) líquido do período acrescido das despesas de imposto de renda e contribuição social, das despesas (receitas) financeiras líquidas, das despesas (receitas) não operacionais líquidas, da participação de acionistas minoritários e das despesas com depreciações e amortizações, incluindo amortização de ágio gerado nas aquisições, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. No caso de aquisição de empresas pela Emissora, será levada em consideração, além do EBITDA da Emissora, o EBITDA pro forma das respectivas

empresas adquiridas. Para este fim, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário uma declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando que o EBITDA pro forma da respectiva empresa adquirida foi calculado com base em relatório preparado por empresa de auditoria de renome internacional.

"Despesas Financeiras Consolidadas" significa, em relação a qualquer período, a soma, sem duplicação, de: (a) despesas de juros consolidadas da Emissora, acumuladas e pagas ou exigíveis em dinheiro em tal período, conforme determinado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil; e (b) a receita proveniente de juros da Emissora, acumulada e recebida ou a receber em dinheiro durante tal período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil. No caso de aquisição de empresas pela Emissora, será levada em consideração, além das despesas e receitas financeiras da Emissora, a despesa financeira e a receita financeira pro forma das respectivas empresas adquiridas. Para este fim, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário uma declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando que as despesas e receitas financeiras pro forma da respectiva empresa adquirida foram calculadas com base em relatório preparado por empresa de auditoria de renome internacional.

4.15.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (e) da Cláusula 4.15.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

- (a) Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.15.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto abaixo e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula abaixo. A Assembléia de Debenturistas aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação, o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembléia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.
- (b) A Assembléia de Debenturistas a que se refere a Cláusula (a) anterior poderá, por deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.4. Caso (A) não se realize a Assembléia de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 4.15.3(b) supra por falta de convocação (i) pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do conhecimento da causa de vencimento antecipado; ou (ii) pela Emissora, no prazo de até 10 (dez) dias contados ao partir do primeiro dia útil

seguinte ao vencimento do prazo de 30 (trinta) dias estabelecido no item (i) acima; ou (B) em havendo a convocação da Assembleia de Debenturistas, não haja deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, salvo se por suspensão da Assembleia de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário remanescente, acrescido da Remuneração devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusivo, calculada *pro rata temporis*, e encargos, desde que os fatos descritos na alínea (B) sejam imputáveis ao Agente Fiduciário.

4.15.5. Para fins dos itens (a) e (b) da Cláusula 4.15.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

4.16. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.16.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.15 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusivo, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da CLÁUSULA IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.19.1.

4.17. LOCAL DE PAGAMENTO

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, ou (b) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, pelo Banco Mandatário e Escriturador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.18. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo.

4.19. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.19.1. Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.20. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.20.1. O não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.21. PUBLICIDADE

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional ou, caso o “Valor Econômico” não esteja disponível, na “Gazeta Mercantil”, edição nacional.

4.22. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

4.22.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.23. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.23.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data do pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar suas Debêntures até a data posterior ao pagamento.

4.24. RESGATE DAS DEBÊNTURES EM CASO INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

4.24.1. A Emissora poderá ser objeto de operações de fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for

assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

4.24.2. Os Debenturistas que optarem por terem suas Debêntures resgatadas nos termos desta Cláusula deverão manifestar sua intenção, por escrito, à Emissora na forma da CLÁUSULA IX abaixo, sendo que todas as etapas do processo de eventual resgate por parte dos Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de aditamento da presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.24.3. Em até 5 (cinco) dias contados do aviso enviado nos termos da Cláusula anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures detidas pelo Debenturista notificante, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.24.4. O resgate das Debêntures objeto da notificação especificada na Cláusula 4.24.3, acima dar-se-á (i) através de operação de compra e venda definitiva, conforme o regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CBLC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLC), em relação às Debêntures registradas no BOVESPAFIX e custodiadas na CBLC.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação ou documento necessário para a comprovação do cálculo do EBITDA *pro forma*, nos termos da Cláusula 4.15.2 que venha a lhe ser solicitada, por escrito;
 - (ii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.15 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

- (iii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos de término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social, e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (m) da Cláusula 4.15.1 acima, acompanhadas de memória de cálculo da apuração de tais índices financeiros, bem como declaração do Diretor Financeiro da Emissora, atestando (1) o cumprimento das obrigações constantes na alínea (m) da Cláusula 4.15.1 e (2) que o cálculo do EBITDA *pro forma* foi feito com base em relatório preparado por empresa de auditoria de renome internacional;
 - (iv) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (“Instrução CVM nº 202/93”) e suas alterações posteriores;
 - (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra (“d”) abaixo; e
 - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) valor este que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal evento for sanado.
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
 - (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;

- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (e) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.15. desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (i) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND, do BOVESPAFIX e da agência de *rating*;
- (j) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (k) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (m) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (n) contratar e manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a Data de Vencimento, amortização ou resgate total das Debêntures, devendo (i) manter anualmente atualizada a classificação de risco, (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao

Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (o) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.3. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos; e
- (p) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa ou para os quais reservas recomendadas pelos auditores tenham sido constituídas de acordo com os Princípios Fundamentais Contábeis do Brasil, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

CLAUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a **Pentágono S.A. DTVM**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM nº 28”), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- (a) parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (b) as parcelas citadas na alínea (a) supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas dos pagamentos subseqüentes, calculadas “pro-rata die”, se necessário;
- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) a remuneração prevista na alínea (a) e (c) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (e) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos

Debenturistas serão igualmente submetidas à aprovação e, se for o caso, suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- (f) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28;
- (g) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e
- (h) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma das Cláusulas 5.2., 5.2.1., 5.2.2. e 5.2.3. acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função, na hipótese de superveniência, ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, inclusive aqueles previstos na

CLÁUSULA V desta Escritura de Emissão, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.21.1. desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (m) da Cláusula 4.15.1. acima;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 1ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (m) colocar o relatório de que trata a Cláusula anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora;
 - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da 1ª Emissão, conforme por esta indicado;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.21.1. desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada na Cláusula 4.21. desta Escritura de Emissão; e

- (s) fazer cumprir que a Emissora mantenha atualizado, pelo menos anualmente e até o vencimento, o relatório de avaliação *(rating)* das debêntures, bem como dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado e, ainda, encaminhar o relatório de avaliação *(rating)* à Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID, no prazo de 15 dias de sua divulgação.

6.6. Observado o disposto na Cláusula 4.15. acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na forma e nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.15.2. e 4.15.3., o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) da Cláusula 6.6 acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) da Cláusula 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim e mediante o voto afirmativo dos detentores de metade mais uma das Debêntures em Circulação.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Convocação

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.5. As Assembleias de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

7.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembléia de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.7. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura de Emissão.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia de Debenturistas.

Quorum de Instalação

7.9. A Assembléia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.10. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle).

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

Mesa Diretora

7.12. A presidência da Assembléia de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembléia ou àquele que for designado pela CVM.

7.13. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Quorum de Deliberação

7.14. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula e os *quoruns* previstos nas Cláusulas 4.9.11 e 4.15.3, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo e resgate das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado 4.15 a 4.16 e 4.24, bem como alterações de qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLAUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (f) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais encontram-se válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Companhia;
- (g) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, de 31 de dezembro de 2004, de 31 de dezembro de 2005 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, não tendo havido até a data desta Escritura de Emissão, qualquer alteração relevante nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas nas demonstrações financeiras relativas ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2005 então encerrado;
- (i) a Emissora acredita que o Prospecto Preliminar e o Suplemento Preliminar contém, em sua respectiva data, as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, relativamente à distribuição pública, às Debêntures, à Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- (j) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Suplemento Preliminar que digam respeito exclusivamente à Emissora, às suas controladoras diretas e indiretas e às suas coligadas serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias materiais e relevantes que possam afetá-las e com base em suposições razoáveis;
- (k) não há fatos relativos à Emissora ou às Debêntures, que sejam do conhecimento da Emissora, não divulgados no Prospecto Preliminar e no Suplemento Preliminar cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração constante do Prospecto ou do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica, e afete de maneira adversa a Emissora e/ou a Emissão;

- (l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e no Suplemento Preliminar, na data de assinatura desta Escritura de Emissão não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de conhecimento da Emissora, que possa afetar de maneira adversa a Emissora;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, no que se refere exclusivamente à Emissora.

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Diagnósticos da América S.A.
Av. Juruá, 434, Alphaville
Barueri, SP
Tel.: (11) 4197-5511
At.: Marcelo Moreira

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A DTVM
Av. Das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At: Mauricio da Costa Ribeiro
Email: mribeiro@pentagonotrustee.com.br
Página na rede mundial de computadores: www.pentagonotrustee.com.br

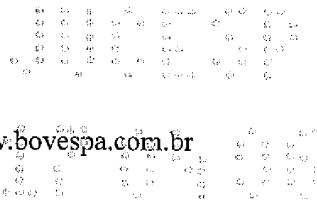
Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Itaú S.A.,
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira,
707, 9º andar
04344-902 São Paulo - SP
Tel.: (11) 5029-1317

Com cópia

Para a Bovespa:

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Rua XV de Novembro, 275
01013-001 Centro - São Paulo – SP
página da rede mundial de computadores: www.bovespa.com.br



Para a CETIP:

Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP
Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000

Av. República do Chile, 230, 11º andar,
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-170
página da rede mundial de computadores: www.cetip.com.br

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente proposta, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

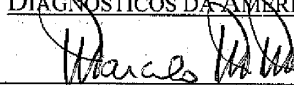
10.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

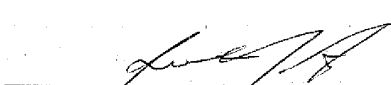
10.7. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.


São Paulo, 7 de abril de 2006

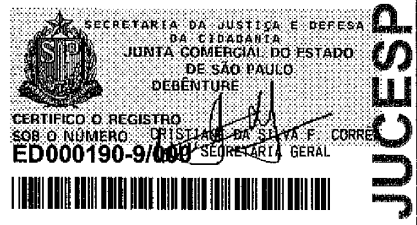
DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.



Nome: MARCELO MARQUES MOREIRA FILHO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: ANTONIO CARLOS GUEDES
Cargo: DIRETOR DE ATENDIMENTO

PENTAGONO S.A DTVM


Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: PROCURADOR



TESTEMUNHAS:

Nome: ODÉLIO ROBERTO AROUCA FILHO
RG: 40640769


Nome: RODOLFO PIROCCHI
RG: 17.098.607